

# Assembleia Constituinte a 12 de junho é proposta da emenda Righi

**Brasília** — Na pauta de votações do Congresso, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte para 1986 já tem data marcada: 12 de junho próximo. Uma esquecida emenda do líder do PTB na Câmara dos Deputados, Gastone Righi (SP), propõe a convocação da Constituinte, foi incluída na pauta ontem pelo presidente do Congresso, Senador José Fragelli.

Os líderes que participaram da reunião em que o Presidente José Sarney recebeu a minuta do projeto da comissão encarregada de preparar a convocação da Constituinte não sabiam que a emenda Gastone Righi estava na iminência de ser votada. Eles disseram que a proposta de Righi não prejudica o cronograma e os planos do Governo.

## Polêmica

Fragelli, ao admitir que o Governo pode ser forçado a antecipar a convocação da Constituinte, ressaltou que a decisão de incluir a emenda Gastone Righi na pauta foi "exclusivamente regimental", a partir de uma consulta que lhe fez o líder do PTB. Há outra emenda correlata, de autoria do Deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), que será votada juntamente com a emenda Righi, única a obter mais de dois terços das assinaturas do Congresso. Ambas, porém, chegarão ao plenário com pareceres contrários dos relatores, o que dificulta sua aprovação.

O líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), ao defender a criação de uma "base partidária" para votar a convocação da Constituinte, admitiu que o Governo poderá não dar número à votação. Righi, no entanto, alertou que qualquer emenda do Executivo terá de ser acoplada à sua, sob pena de o assunto não poder mais ser tratado pelo atual Congresso.

O líder do PTB — que tem um encontro marcado com o Presidente Sarney amanhã à tarde — admitiu que, durante as negociações, sua emenda poderá ser modificada, com a supressão de alguns pontos. A primeira polêmica já surge em torno do artigo 2º, que veda qualquer proposta que possa mudar o sistema abolindo a Federação ou a República. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), não concorda, afirmando que "uma Constituinte é soberana até para instaurar a monarquia".

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), foram cautelosos: querem estudar a emenda Righi antes de manifestar uma posição. Um dos poucos que se mostra tranquilo é José Fragelli. Segundo ele, "se a convocação da Constituinte não puder ser feita por um ato conjunto entre o Executivo e o Legislativo, não há demérito nenhum para o Governo o Congresso aprovar a iniciativa de um de seus parlamentares".

## Luís Eulálio cobrará compromisso político

**Porto Alegre** — "Nós financiamos os políticos, elegemos os políticos, mas não exigimos compromissos políticos". A afirmação é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp —, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que convocou os empresários a exigir, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, "um compromisso com a liberdade e a livre iniciativa".

— Ou financiamos os políticos, ou eles terão de ser milionários, mas está na hora de pedir como recibo sua ligação com a liberdade.

Em palestra a cerca de 150 empresários presentes à reunião-almoço da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luís Eulálio disse que ficou "apavorado" com a forma de encaminhamento da aprovação do emenda porque foi incluído na pauta por um acordo de lideranças. No seu entender, "o acordo de lideranças é tão autoritário quanto o decreto-lei porque o destino de 130 milhões não pode ser decidido numa sala fechada".

## Sarney recebe projeto de Lyra

**Brasília** — Urgência nas negociações interpartidárias para viabilizar o pacto político pela democracia, pressuposto do pacto social entre empresários e trabalhadores. Este foi o pedido do Presidente José Sarney aos líderes do Governo no Congresso, durante a reunião do conselho político.

Na reunião, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, entregou ao Presidente a minuta do projeto de criação da comissão que será encarregada de preparar e conduzir o debate sobre a Assembleia Constituinte. Sarney recebeu o documento, prometeu examinar as alternativas e nomes apresentados pelo Ministro da Justiça. Garantiu que não tomará qualquer decisão sobre o assunto sem consultar todos os partidos, incluindo os novos.

O líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos participantes, assegurou que o objetivo da comissão a ser criada "não é fazer o anteprojeto da Constituinte, mas sistematizar o debate sobre o assunto".

No que se refere ao pacto social, o Presidente disse que pretende, basicamente, viabilizar um acordo entre empresários e trabalhadores que resulte na estabilização de preços e salários por um tempo ainda a ser determinado. Segundo Sarney, os presidentes de todos os partidos terão papel fundamental na viabilização deste pacto.

Um dos participantes da reunião revelou que a tendência, no encaminhamento da Constituinte, é ampliar a proposta inicial de Tancredo Neves, incluindo na comissão de juristas e representantes da sociedade civil, inicialmente prevista, todos os partidos políticos.

## Reale quer Carta sem privilégios

**São Paulo** — "Constituição não é um amontoado de normas indiscriminadas para contentar a toda gente, em seus mínimos detalhes. Acima de tudo, ela tem que ser elaborada com base no superior critério das decisões políticas de validade para todo o

ANC 88

Pasta 03-05/85

089/1985

país, para não privilegiar certas categorias sociais, em detrimento de outra" alertou o jurista Miguel Reale.

Ex-reitor da Universidade de São Paulo e professor titular da cadeira de Direito Constitucional, o jurista afirmou que ainda não foi convidado a integrar a comissão que elaborará o anteprojeto da nova Constituição. Mas disse que nunca se recusou a prestar serviços à Nação, e, se for convidado, aceitará participar da comissão.

A futura Constituição deve manter "muitas das disposições que vêm desde 1891, dos primórdios da República", considerou Reale. Observou que não se poderá partir do "marco zero" para executar o anteprojeto da Carta, mas é necessário elaborar "um novo documento, com novo espírito e uma nova estrutura". Os integrantes da comissão, ressaltou, "não poderão ter idéias preconcebidas, a não ser a do ideal democrático".

Para Reale, a comissão deve abranger um grande espectro da representatividade nacional, porque sua função será preparatória "e não decisória". Observou, porém, que, "ao concluir-se a coleta de dados ou de orientações, haverá um momento em que o trabalho será eminentemente técnico, uma vez que a Constituição é um sistema logicamente travado e harmônico, tendo como referência determinados princípios básicos".